

O SERVIÇO SOCIAL NA POLÍCIA FEDERAL: ARTICULANDO DIREITOS E CIDADANIA

Ana Gláucia Martins Torres



RESUMO

Este artigo enfoca a atuação do profissional do Serviço Social no âmbito da Polícia Federal, partindo da compreensão de que esta profissão se inscreve nos marcos das transformações das relações sociais na sociedade capitalista. Compreende-se também que tais profissionais trabalham com os rebatimentos da “questão social”, daí as múltiplas formas que estes atores sociais enfrentam essa questão nos diversos campos, ou seja: no trabalho, na família, na saúde, nas instituições, dentre outros. É no cotidiano do fazer profissional que se processa a prática do Assistente Social, momento em que se apresentam limites e possibilidades para prática, no sentido de avançar num projeto societário que alie ética e cidadania. O ponto de partida desse artigo focou-se no eixo que discute a inter-relação entre violência e segurança pública, no sentido de desmistificar as várias manifestações do fenômeno da violência, contribuindo para romper os ciclos que naturalizam sua re(produção) nas ações cotidianas do cenário histórico-social. Portanto, se analisa aqui, de que forma os profissionais do Serviço Social, pautando-se nos valores defendidos no seu Código de Ética profissional, podem contribuir para a construção de um novo redesenho institucional por que passa a Polícia Federal no atual momento, não somente colaborando com as discussões acerca das políticas públicas da área da Segurança Pública, mas trabalhando na busca da consolidação de um novo modelo de polícia cidadã.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Segurança Pública. Projeto Ético-Político. Serviço Social.

INTRODUÇÃO

No primeiro momento deste trabalho, composto de três seções, buscou-se discutir temas que são convergentes, como a Violência e a Segurança Pública. Tal estudo apoia-se no referencial teórico de Monjardet (2003), Silva e Silva (2005), Rolim (2006) e Sales (2007), dentre outros.



Posteriormente, aborda-se o redimensionamento das polícias nas sociedades atuais, trazendo para a reflexão a análise da Polícia Federal do Brasil, observando seus aspectos históricos e sua perspectiva de futuro, fundamentada através do seu Plano Estratégico para 2022.

Ainda neste contexto, na Seção II buscou-se ressaltar sobre o direcionamento da atual Política de Recursos Humanos do Departamento de Polícia Federal, sinalizada através do documento supracitado, e quais as diretrizes institucionais para os profissionais do Serviço Social na instituição.

A Seção III versa sobre a inserção do Assistente Social na Polícia Federal, destacando a importância do Projeto Ético-Político do Serviço Social, enquanto parâmetro que norteia a prática profissional da categoria, elegendo valores que devem estar presentes no cotidiano da atuação profissional, quais sejam: liberdade, democracia, igualdade, justiça e solidariedade. Valores indicados sempre em oposição ao autoritarismo, violência, desrespeito aos direitos sociais e políticos, entre outros (BONETTI *et al.*, 2009).

Por último, relata-se a atuação do Serviço Social na Polícia Federal, traçando um cenário de limites e possibilidades para prática profissional no âmbito da Segurança Pública, e os desafios para a materialização dos valores do Código de Ética, no exercício profissional cotidiano.

Nas considerações finais serão feitas análises, que colocam os desafios para o Serviço Social, no sentido perceber qual o caminho que a categoria irá traçar, para fazer frente à transição por que passa a Polícia Federal e, de posse de todo um arcabouço teórico-metodológico, possa desenvolver um trabalho que faça a interlocução viável entre o Direito e a Justiça Social.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS ACERCA DA VIOLÊNCIA E DA SEGURANÇA PÚBLICA

1.1 Desmistificando o fenômeno da violência

A Segurança Pública tornou-se prioridade nos debates atuais na proporção em que cresce o avanço da violência e criminalidade em parte significativa dos espaços urbanos. As políticas públicas destinadas a este setor assumem um papel expressivo, porém não dão conta da demanda que cotidianamente aumenta, associada a problemas estruturais – característica da sociedade capitalista globalizada.

A análise da violência como uma das faces da questão social, requer a busca da compreensão deste fenômeno, pautando-se em alguns aportes teórico-históricos que deem conta da totalidade dos fenômenos sociais, representados a partir das relações sociais cotidianas, considerando que:

[...] a violência assume, em suas diversas manifestações, um duplo caráter, simbólico e prático, os quais funcionam como elementos-chaves para sua (re) produção nos diversos campos sociais. Com isso, é possível desnaturalizar a realidade da violência na ordem social existente, dissimulada sob diversas formas: o machismo o adultocentrismo; o racismo; a disciplinarização nas instituições totais, a desigualdade social, o sociocentrismo etc. (CHAUI, 2005 apud SILVA; SILVA, 2005, p. 16).

O problema da violência, que se mostra cada vez mais real por ser demarcado pela gênese histórica da desigualdade social, encontra-se inserido no contexto das lutas e dilemas pela construção da cidadania e democracia no Brasil. Assim sendo, há que se fazer um breve resgate histórico, nos reportando à época da Colônia, e às características de uma sociedade baseada na dependência econômica externa, no latifúndio, na monocultura e na apartação social expressa através da escravidão. De acordo com a análise de Sales (2007, p. 51):

[...] nesta grande fratura social residem, pois, as raízes de uma sociabilidade autoritária, cujas principais características eram: segregação racial, desprezo pela massa despossuída, naturalização da grande distância social em termos de condições de vida e de trabalho entre os brasileiros, desvalorização cultural do mundo do trabalho, banalização da violência ou recurso à violência privada contra os escravos até os trabalhadores, dentre outros. Valores e práticas que constituem traços indelévelis no inconsciente coletivo cultural e jurídico-institucional brasileiro [...].

Detendo-se com mais afinco aos períodos históricos que vão da Colônia ao Império, adentrando pela República, pode-se perceber que a máquina estatal esteve sempre nas mãos das elites econômicas e políticas, sendo que tais grupos encaravam as questões sociais de forma a conceder-lhes menor valoração, o que acabou por delinear a formação social e política do país, quase sempre priorizando os interesses privados em detrimento do público. Conforme salienta Sales (2007, p. 56), torna-se importante destacar as consequências estruturais desta composição política, em que “[...] a construção dos vínculos civilizatórios, tem sido marcado por discriminações sociais, étnicas, repressão, corrupção e autoritarismo, em razão estes últimos, da forte penetração do Estado pelos interesses das classes dominantes.”

Na República Velha – quando já superada a questão da escravidão – ganha forma um novo tipo hegemônico de poder político. O coronelismo representava a oligarquia agro-exportadora e garantia às elites da época o acesso e o controle das riquezas produzidas no país. É necessário perceber que a cultura política no Brasil, foi sempre pautada na ambígua e contraditória ideologia de conciliação entre as classes, e na disseminação de valores que iam ora incentivando a vida pacífica, ora legitimando-se valores e saberes baseados no autoritarismo e ações discriminatórias.

Na era Vargas, o Estado assume um caráter desenvolvimentista, lançando mão de estratégias para a construção de um novo pacto social para o redirecionamento da economia. Neste período, torna-se relevante enfatizar que o próprio Estado produz e (re)produz uma violência

simbólica e real, através das mais variadas formas ideológicas, caracterizadas pelo populismo, mandonismo e paternalismo (SALES, 2007).

No Brasil, a constituição de uma cultura política, desde o período da Colônia até os tempos atuais, diz respeito a uma forte resistência, por parte da sociedade como um todo, em assegurar direitos. Trazendo tais questões para a contemporaneidade, torna-se ainda mais complexa, nos marcos do contexto neoliberal, a construção coletiva de um outro tipo de sociabilidade, uma vez que tal ideologia política traz como consequência a fragmentação e fragilização dos laços sociais.

Dessa maneira, compreende-se que tal recorte histórico é um instrumento importante para o entendimento do cenário urbano que se apresenta, no sentido de que esta análise serve como pano de fundo para a compreensão crítica dos momentos de tensão vivenciados pelos os indivíduos na espacialidade que engendra toda a teia de relações sociais, numa sociedade que traduz cada vez mais um cenário desolador, como aponta Sales (2007, p. 59): “E entre os dramas modernos que desafiam a institucionalidade democrática e o Estado de Direito, sinônimo da ordem legal, sobressaem a corrupção, a violência e o crime organizado.”

Assim sendo, a violência é tratada aqui, numa perspectiva dialética, cuja leitura passa pelo viés da desmistificação deste fenômeno, visto de múltiplas maneiras, como uma linha quase invisível que atravessa todo o tecido social. Além disso, presente na teia do poder e expressão da forma como se organizam as relações sociais no capitalismo, a violência pode muitas vezes estar sutilmente reproduzida nos diversos campos sociais, e legitimada por valores e ações que nem sempre se traduzem e ganham visibilidade.

Portanto, busca-se aqui compreender a questão da Segurança Pública e a necessidade do trabalho das polícias dentro do contexto de uma cultura da violência, ou seja, como produto de uma sociabilidade

que alia o processo histórico e atual da resolução dos seus conflitos por intermédio do uso de práticas violentas, muitas vezes transformadas em fetichismos e alienações.

1.2 Na trilha de Alice: construindo novos paradigmas para a Segurança Pública

Na obra intitulada: “A Síndrome da Rainha Vermelha”, o estudioso Marcos Rolim (2006) pega carona na metáfora trazida por Lewis Carroll, para falar dos emblemas na Segurança Pública, fazendo um recorte pela passagem do personagem da encantadora Alice, quando esta é convidada pela Rainha Vermelha a correr exaustivamente, e o susto que ela leva ao se dar conta que, quanto mais corria, menos saía do lugar. Rolim (2006) faz uma reflexão acerca das dificuldades e contradições das políticas públicas de segurança implementadas até o momento.

O antropólogo Luis Eduardo Soares (2006, p. 11), prefaciando a obra supracitada propõe “[...] quebrar os espelhos, rasgando preconceitos e lugares-comuns, exorcizando simplificações e reducionismos, driblando dogmas e desinformação [...]”. Esta é justamente a proposta apresentada e reiterada diversas vezes por estudiosos da questão: chamar atenção para superação de análises acríticas, unindo esforços no sentido de romper com os obscurantismos, buscando tratar a questão da segurança com maior rigor científico e racionalidade, investindo em pesquisas e estudos consistentes, unindo saberes acadêmicos e experiências positivas nacionais e internacionais, dentre outras ações.

E é no cintilar da trilha de Alice que o autor abre espaço para a discussão sobre a crise de paradigmas por que passam as polícias, uma vez que o modelo reativo já não responde mais às demandas apresentadas quanto o enfrentamento do crime, por gerar ações fragmentadas e controles inadequados.

Neste cenário de busca de novos horizontes, o Estado tenta se reorganizar e estruturar o aparato policial, como forma de se contrapor às

organizações criminosas que são cada vez mais sofisticadas. Diante deste fato, há que se pensar sobre uma possível “sociologia da polícia”, como sugere Monjardet (2003) sinalizando as dimensões essenciais da polícia: institucional, organizacional e profissional, e aqui se poderia acrescentar também a dimensão ética, por entender que tal atividade social dever ser ontologicamente permeada por valores éticos, pautando-se na defesa incansável dos Direitos Humanos e na Justiça Social. Descrevendo os processos de trabalho da polícia, este mesmo autor destaca:

[...] não há organização formal sem organização informal e, portanto, sem opacidade e inércia. Do mesmo modo, todo grupo profissional, uma vez definido por ser detentor de competências exclusivas (seja em atribuições ou saberes), desenvolve interesses e cultura profissional próprios, que constituem outros tantos princípios e capacidades de resistência à instrumentalização por terceiros: não há profissão sem um quantum de autonomia. (MONJARDET, 2003, p. 23).

Considerando o fato de que ainda não há uma vasta literatura específica sobre Segurança Pública, buscou-se dialogar com as questões que são os eixos transversais da temática, ou seja, as questões correlatas ao entendimento e elucidação da problemática, como é o caso da violência, do crime e da própria fase de redimensionamento das polícias na contemporaneidade.

2. POLÍCIA FEDERAL: HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Neste caso específico, a Polícia Federal do Brasil será analisada como órgão de Segurança Pública, traçando um breve histórico sobre a instituição e, posteriormente trazendo para discussão, as novas perspectivas institucionais a partir do seu Plano Estratégico para 2022 (BRASIL, 2008) considerando o que este traz de inovador ao apontar para a construção de um redesenho institucional que dê conta das atuais demandas sociais, e aponte uma nova visão de gerenciamento, pautada nos princípios da gestão moderna.

Segundo documentos oficiais do próprio Departamento de Polícia Federal, a vinda de D. João VI ao Brasil, datada de 10 de maio de

1808, possibilitou a criação da Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil. Mas, apenas em 28 de março de 1944, através do decreto-lei nº 6.378, no governo de Getúlio Vargas, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), ligada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores. Daí que, a data de 28 de março de 1944, é considerada oficialmente como data originária da Polícia Federal.

A reorganização do DFSP foi realizada somente em 1964, quando a Lei nº 4.483/64 conferiu ao órgão atuação em todo território nacional. Porém, com a reforma administrativa a partir da Constituição de 1967, em seu artigo 210, foi instituído o Departamento de Polícia Federal (BRASIL, 2004).

Mas é no contexto de luta pela redemocratização do país, na década de 1980, que ocorreu um forte clamor social no sentido de pleitear uma remodelação das polícias, trazendo práticas policiais que resguardassem os direitos dos cidadãos. Toda essa conjuntura culminou com a promulgação da Constituição de 1988, a qual denomina a segurança como um dever do Estado e responsabilidade de todos. É na Constituição de 1988 que a Polícia Federal é denominada como órgão de Segurança Pública, tendo suas atribuições previstas no artigo 144 da Carta:

§ 1º – A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

** III – exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;*

** Nova redação dada pelo art. 19 da Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998.*

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Assim, passados mais de 60 anos após sua criação, conforme cronologia do documento oficial mencionado anteriormente, a Polícia Federal contemporiza uma imagem positiva e de alta credibilidade perante a sociedade brasileira – produto de sua trajetória histórica, seus erros e acertos durante este percurso, mas, sobretudo, pelo compromisso coletivo dos homens e mulheres que a compõe.

Partindo da análise do Plano Estratégico da Polícia Federal para os próximos 20 anos, chama atenção o que apontam as **Políticas Corporativas** para o órgão, no sentido de direcionar a gestão administrativa para uma política de recursos humanos pautada em novos paradigmas, conjecturados com as mudanças estruturais e as novas temáticas em discussão na atualidade – produto de uma conjuntura histórica e das mudanças sociais em curso no seio da sociedade globalizada. Neste sentido, dentre os itens prioritários descritos no quadro das Políticas Corporativas do DPF está expresso que a filosofia institucional será orientada para tais princípios: “Respeito aos direitos humanos, à ética e à cidadania, dentre outros”.

É interessante considerar ainda que, dentre os **Objetivos, Estratégias e Metas** do Plano Estratégico da Polícia Federal, constam como prioridade a promoção da assistência social e a saúde do servidor, conforme descreveremos abaixo:

Aprimoramento da assistência à saúde dos servidores e de seus dependentes, quanto à descrição deste item, tem como objetivo central realizar estudos objetivando aprimorar os procedimentos administrativos legais, no sentido de melhorar o relacionamento com o público interno. Abordar no estudo, dentre outros elementos:

- *os métodos e processos básicos, existentes no DPF, quanto ao serviço social, visando facilitar a recuperação do paciente e promover sua reintegração ao meio social e familiar e de trabalho;*
- *a adoção de técnica do serviço social de casos, para possibilitar o desenvolvimento das capacidades dos pacientes e conduzir o seu ajustamento ao meio social;*
- *como é prestada a assistência ao paciente com problemas referentes à adaptação profissional ou social, com diminuição da capacidade de trabalho proveniente de moléstia ou acidente;*

- *mapear os trabalhos de interesses da Assistência Social no DPF, com a finalidade de se levantar as reais necessidades do público interno;*
- *melhorar a forma de relacionamento com o público interno no que se tratar de Assistência Social. (BRASIL, 2008).*

Conforme exposto no Plano Estratégico, percebe-se que a instituição aponta para a importante questão de adotar uma política de recursos humanos, concatenada com as reais necessidades dos servidores, no sentido de reconhecê-los como sujeitos portadores de direitos sociais e humanos.

Uma vez que o Plano Estratégico da Polícia Federal (BRASIL, 2008) atribui importância significativa ao profissional do Serviço Social, seria preciso estabelecer uma relação entre a atuação e práticas destes profissionais na instituição com as construções teórico-metodológicas que vem se construindo no âmbito da formação e ação do Assistente Social em outros espaços sociais, como é o caso da universidade e instâncias organizativas da categoria.

Em nível nacional vem se construindo o conceito de que cabe a este profissional trabalhar na mediação das relações sociais, produzindo saberes e nutrindo-se da produção intelectual da modernidade. Nesta perspectiva é que, o profissional do Serviço Social deve buscar articular as várias dimensões da prática profissional, ou seja: a dimensão teórico-metodológica, a técnico-operativa e a pedagógica. Essa questão é também reforçada por Abreu (2004, p. 60) ao dizer que:

[...] a dimensão pedagógica do Serviço Social remete à sua função primeira, essencial na sociedade, isto é, diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesses processos, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de condutas individuais e coletivas [...].

Na perspectiva de Bravo (2006), os Assistentes Sociais trabalham com as mais variadas expressões da questão social, ou seja, como os sujeitos sociais as experimentam e as enfrentam na família, no trabalho, na saúde, na assistência social e nos demais campos socioinstitucionais que configuram o campo das políticas sociais públicas e privadas.

Ademais, o Assistente Social, nos marcos dos limites imediatos em que se concretizam suas ações cotidianas, tem o dever de cultivar uma postura ética e política, uma vez que esse profissional dispõe de um Código de Ética Profissional, que atribui à sua prática o compromisso ético-político de contribuir para ampliação da democracia e da cidadania, nos diversos espaços de sua atuação profissional, através de respostas técnicas qualitativas e criativas.

3. O SERVIÇO SOCIAL E SUA INSERÇÃO NA POLÍCIA FEDERAL

3.1 Observações sobre o Projeto Ético-Político do Serviço Social

A profissão do Assistente Social possui como norte no exercício profissional um projeto ético-político – materializado no Código de Ética da Profissão (1986 – 1993), na lei de regulamentação da profissão (Lei nº 8.662/90) e nas diretrizes curriculares (1982/1996) – que trouxeram para a profissão grandes avanços. De acordo com Mendes, Nogueira e Couto (2004, p. 73):

[...] por meio do Código de Ética constituíram-se, democraticamente, direitos e deveres dos assistentes sociais, segundo princípios e valores humanistas, guias para o exercício profissional cotidiano. Destacam-se no campo ético-político o reconhecimento da liberdade como valor ético central, com o reconhecimento da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais e de seus direitos; a defesa intransigente dos direitos humanos contra todo tipo de arbítrio e autoritarismos; o aprofundamento e a consolidação da cidadania e da democracia [...].

Assim, compreende-se que tais questões estão inscritas no contexto dos processos societários contemporâneos, contudo, a profissão vem legitimando sua prática e construindo os saberes que a identificam, adequando-se cada vez mais a seu tempo histórico e aos embates que se apresentam em cada realidade.

Sem dúvida, ao passo em que isso se constitui um grande desafio para a profissão, também abre possibilidade para construção de novos espaços profissionais e novos dilemas éticos, tensionados na dinâmica do trabalho cotidiano, lugar primordial onde se dá o fazer profissional do Assistente Social.

Desta forma, torna-se importante construir espaços de discussão coletiva, que tragam como questão central a importância do projeto ético-político profissional, como norteador do exercício profissional na Polícia Federal. Paiva e Sales (1998, p. 174) explicam que “[...] o eixo do projeto político-profissional tem sido a defesa das políticas públicas e da qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva de garantia da efetivação dos direitos sociais [...]”

Diante do exposto, o desafio que se impõe aos Assistentes Sociais na Polícia Federal, é o da materialização dos princípios do seu código de ética ao cotidiano profissional.

Assim, percebe-se concretamente, que a polícia passa por um reordenamento institucional, de maneira que, traçar os caminhos percorridos e os desafios enfrentados pelos profissionais do Serviço Social na Polícia Federal, será fazer parte de um devir histórico, que não se embota na engrenagem burocrática, que ainda engessa o avanço das mudanças desejadas nas instituições públicas no Brasil, mas abrem-se microespaços, que apontam para a possibilidade de dialogar com novos atores e novos saberes, que poderão ajudar a criar elos de participação e solidariedade social.

3.2 A atuação do Assistente Social na Polícia Federal: cenários de limites e possibilidades

Nos últimos dez anos, a Polícia Federal passou por mudanças significativas, abrindo espaço para novos profissionais, notadamente, para Assistentes Sociais, até então inexistentes na instituição.

Em 2005 foi realizado o **I Encontro dos Assistentes Sociais da Polícia Federal**, em Brasília. O objetivo central deste encontro foi conhecer o trabalho desenvolvido pelos Assistentes Sociais nas Superintendências Regionais, bem como suas dificuldades e perspectivas.

No primeiro momento, a ação dos Assistentes Sociais foi apreender o universo institucional, sua organização, cultura, valores, relações de

poder e contrapoder, relações de trabalho, dinâmica interna, ambiência, pessoal (cargos, funções), situação familiar, entre outras questões, visando conhecer as demandas a serem trabalhadas.

Esse encontro produziu alguns questionamentos, tanto com relação às atividades desenvolvidas pelos Assistentes Sociais, como pela expectativa da instituição quanto aos trabalhos destes profissionais. No encontro foram levantadas as seguintes inquietações:

- a ausência de um plano de trabalho e falta de padronização nos instrumentais técnicos, dificultavam a visibilidade do Serviço Social no espaço institucional;
- a não identificação do objeto de trabalho na instituição gerava a desvalorização dos serviços desenvolvidos pelos Assistentes Sociais;
- falta de estrutura física para desenvolver um trabalho eficiente (faltam equipamentos e materiais), além de não haver um local adequado para atendimento – trazendo prejuízos quanto à preservação da privacidade dos envolvidos;
- necessidade de um trabalho integrado com a área da saúde e com o setor de pessoal, possibilitando um atendimento mais amplo e contínuo para os servidores.

Dentro desta perspectiva de análise da realidade institucional, algumas observações críticas foram postas em debate. Assim sendo, observa-se que tanto o profissional do Serviço Social, como os servidores do Departamento de Polícia Federal, experimentam situações que se refletem na produção e reprodução da violência. Por outro lado, ao mesmo tempo em que tais atores sociais se defrontam com o individualismo, com a corrupção, com o crime e com a dinâmica inerente ao cotidiano de uma instituição policial, a conjuntura abre espaço para discussão de tendências éticas, de valores que norteiam o profissional para um enfrentamento consciente das diversas manifestações da questão social, conceituado a partir da definição dada por Wanderley, Yazbek e Bógus (2008, p. 62):

[...] a questão social fundante, que permanece vigindo sob formas variáveis nesses 500 anos de descobrimento a nossos dias, centra-se nas extremas desigualdades e injustiças que reinam na estrutura social dos países latino-americanos, resultantes do modo de produção social, nos novos modos de desenvolvimento que se formaram em cada sociedade nacional e na região em seu complexo. Ela se funda nos conteúdos e formas assimétricas assumidos pelas relações sociais, em suas múltiplas dimensões econômicas, políticas, culturais, religiosas, com acento na concentração de poder e de riqueza de classes e setores sociais dominantes e na pobreza generalizada e de outras classes e setores sociais que constituem as maiorias populacionais [...].

A partir deste embasamento teórico, lançando mão de uma competência estratégica, como diria Yamamoto (2009), capaz de articular técnicas e conteúdos necessários para desempenhar seu papel, os Assistentes Sociais passaram a lutar por um espaço efetivo no campo institucional, através da implantação de alguns projetos de interesse dos servidores da instituição, os quais deram credibilidade ao trabalho destes profissionais, até então considerado um paliativo.

Em novembro de 2008, foi realizado em Salvador-BA, o **Curso de Perícia Social para os Assistentes Sociais do Departamento de Polícia Federal**, com o objetivo de instrumentalizá-los para o desenvolvimento da perícia social, enquanto especialidade do Serviço Social, bem como garantir a ética no exercício profissional e a consolidação do projeto ético-político da profissão.

A prática dos Assistentes Sociais na Polícia Federal foi a tônica do encontro, ou seja, as discussões aconteceram a partir das seguintes questões, tendo como referencial o projeto ético-político da profissão: *Qual o objeto da prática profissional? Qual o método de trabalho adotado e quais os objetivos propostos?* Estas e outras questões foram discutidas e trabalhadas de forma coletiva, dando oportunidade a todos de manifestarem suas opiniões.

Sem dúvida, tais encontros se consubstanciaram como uma conquista para os Assistentes Sociais, fortalecendo a categoria e legitimando sua prática. No entanto, pelo fato de que sua atuação se dá no âmbito da

segurança pública, com suas complexidades e contradições, alguns desafios devem ser enfrentados por esses profissionais, tais como:

- a estrutura organizacional adotada pela instituição, hierarquizada, fragmentada, formalismo acentuado e burocracia excessiva, dificulta uma compreensão institucional na sua totalidade;
- a visão conservadora e assistencialista que alguns dirigentes fazem e reproduzem do Serviço Social concorre para a desvalorização destes profissionais;
- a necessidade de implantar mecanismos técnicos e práticos para efetivação de um plano de trabalho pautado no atual projeto ético-político do Serviço Social.

Considerando que das 27 Superintendências Regionais, 24 possuem profissionais de Serviço Social, verificou-se a inviabilidade de um modelo único de trabalho, face à heterogeneidade das regionais.

Tal realidade abriu espaço para introdução de alguns projetos e serviços de acordo com as demandas específicas, apresentadas pelas Superintendências Regionais. Vale destacar alguns projetos inovadores implantados neste período, que de certa forma ajudaram a superar aquela visão distorcida do Serviço Social, dando oportunidade para efetivação de alguns trabalhos relevantes direcionados para os servidores, tais como:

- atendimento (individual) voltado para servidores em situação de licença saúde, problemas familiares, conflitos no trabalho, dependência química, absenteísmo, entre outros;
- atividade de treinamento e desenvolvimento, introduzindo estudos e pesquisas no sentido de viabilizar um trabalho mais consistente e de impacto face à missão institucional;
- introdução de campanhas educativas voltadas para melhorar as condições ambientais e os indicadores de saúde, tornando o servidor mais saudável e motivado para o trabalho;

- ações socioculturais e eventos, visando a ampliação da sociabilidade dos servidores;
- estudos sociais (laudos) nos casos que exigem avaliação social *in loco*, para emitir parecer social que subsidiem nas decisões, geralmente médicas, mas que também contribuem nas situações de pedidos de remoção, licença, entre outros.

Neste momento, também foi possível identificar algumas situações profissionais inadequadas, como: acúmulo de tarefas não inerentes à profissão, ausência de normatização do Serviço Social, não identificação do objeto do Serviço Social na instituição.

Os resultados desse encontro em Salvador foram significativos na medida em que os Assistentes Sociais da Polícia Federal acenaram para a possibilidade de ser implementado um trabalho com base no projeto ético-político profissional, buscando desenvolver iniciativas que se aproximem das necessidades reais dos servidores e fazer concretizar, dentro de sua ação profissional, os princípios norteadores do seu Código de Ética.

Certamente, a prática profissional do Assistente Social pode, numa articulação com um projeto societário mais amplo, contribuir para a criação de condições de viabilização da participação social, visando garantir a efetivação dos direitos sociais conquistados.

Sabe-se também que isso requer um esforço conjunto dos Assistentes Sociais da Polícia Federal o que implica organização, entendimento e maturidade profissional.

CONCLUSÃO

A discussão desta temática não se esgota aqui. Ainda fazem-se necessárias múltiplas análises, daí a importância de que se tragam para o ambiente institucional, reflexões críticas, dentro de uma perspectiva

teórica, compreendo-se a manifestação do crime e da violência, considerando seus aspectos históricos e as características econômicas, políticas e hegemônicas em cada modelo societário.

Ressalta-se aqui, as questões abordadas, a respeito da forma pela qual o profissional do Serviço Social pode, através da sua práxis profissional, possa contribuir para efetivação dos direitos sociais, dos sujeitos que vivenciam os rebatimentos da “questão social” no seu cotidiano, conceituada a partir das pistas teóricas colocadas no percurso deste artigo. Para tanto, sinalizamos para o entendimento de que, para responder tais questões, não se tem uma fórmula mágica, haja vista a própria dinamicidade e multiplicidade do objeto de intervenção Serviço Social.

Portanto, viabilizar o trabalho profissional calcado nos princípios ético-políticos do projeto profissional é um desafio que se coloca no cotidiano do Assistente Social, no âmbito da Polícia Federal, visto que as dificuldades são resultantes das próprias contradições do sistema socioeconômico vigente em determinada sociedade.

É fundamental torná-lo visível no cotidiano de trabalho, em que a defesa dos Direitos Humanos e Sociais é importante componente básico na atuação profissional. De acordo com Iamamoto (2009, p. 75):

[...] o desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades no cenário atual; traçar horizontes que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade.

Vale ressaltar, que as demandas colocadas ao Serviço Social na Polícia Federal são amplas e se referem a um conjunto de situações que envolvem necessidades pessoais, familiares, institucionais, entre outras. Por último, reconhece-se que a ética é fundamental em todo e qualquer processo de sociabilidade, dando destaque aos Direitos Humanos e à Cidadania, como práticas a serem conquistadas e consolidadas. ✍

ANA GLÁUCIA MARTINS TORRES

Agente de Polícia Federal, Assistente Social, Gestora do Telecentro da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado do Ceará, Membro da Equipe de Treinamento e Desenvolvimento da SR/CE.

E-mail: anaglaurtorres@hotmail.com

ABSTRACT

This essay focuses on the professional of Social Service's participation in the Brazilian Federal Police, starting by the fact that this profession is inserted in the main aspect of the social relations' changes in a capitalist society. It is understood that these professionals have to face the reflections of the "social question" and as a social worker they need to deal with this in different social spaces such as at work, home, institutions, etc. It is during the daily routine that the practice as Social Service is processed, when limits and possibilities are imposed so this professional can proceed in a project which combines Ethic and Citizenship. This essay is focused on the inter-relation between violence and public security in a way to demystify the many manifestations of the phenomenon of violence, contributing to end the cycles that naturalize the reproduction of violence in a history and social scenery, as a begin. Then, it is analyzed how Social Service, based on the rules learned in their professional Ethic Code, can contribute to build an institutional redesign through which passes Federal Police, not only collaborating to the discussion on the public politics in public security, but on the search for the consolidation of a citizen police's new model.

KEYWORDS: Violence. Public Security. Ethical-Political Work. Social Service.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, São Paulo: Cortez, ano 24, n. 79, set. 2004.
- BONETTI, Dilsea A. (Org.). *Serviço Social e Ética: convite a uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2009.
- BRASIL. Departamento de Polícia Federal. *60 anos a Serviço do Brasil*. Brasília, 2004.
- _____. Departamento de Polícia Federal. *Plano Estratégico da Polícia Federal para 2022*. Brasília, 2008.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no*

Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico. 10. ed. São Paulo: Cortez/CELATS, 1995.

_____. *O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- MENDES, Jussara Maria Rosa; NOGUEIRA, Vera; COUTO, Berenice Rojas. Formação do Assistente Social no Brasil e a Consolidação do Projeto Ético-político. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, São Paulo: Cortez, ano 24, n. 79, set. 2004.
- MONJARDET, D. *O Que Faz a Polícia: sociologia da força pública*. Tradução Meire Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EdUSP, 2003.
- PAIVA, B. A.; SALES, M. A. A Nova Ética Profissional: práxis e princípios. In: BONETTI, D. et al. (Org.). *Serviço social e ética: convite a uma nova práxis*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- ROLIM, Marcos. *A Síndrome da Rainha Vermelha: policiamento e segurança no século XXI*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar/ Orford, Inglaterra: University of Orford/ Centre for Brazilian Studies, 2006.
- SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáforas da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SERVIÇO Social & Sociedade. *Serviço Social: formação e projeto político*, São Paulo: Cortez, ano 25, n. 79, Especial 2004, set. 2009. Quadrimestral.
- SILVA, Jailson de Souza; SILVA, Helena Oliveira da. *Análise da Violência contra Crianças e Adolescentes segundo o Ciclo de Vida no Brasil*. São Paulo: Global/ Brasília: Unicef, 2005.
- WANDERLEY, Mariângela Belfiore; BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria Carmelita (Orgs.). *Desigualdade e a Questão Social*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: EDUC, 2008.